

ANEXO 22

MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE DEMANDA

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE NOVA RAPOSO

1. DO MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE DEMANDA

- 1.1. Constituirá EVENTO DE DESEQUILÍBRIO a DEMANDA OBSERVADA, auferida pela CONCESSIONÁRIA no SISTEMA RODOVIÁRIO nos termos deste ANEXO, inferior a 98% (noventa e oito por cento) ou superior a 108% (cento e oito por cento) da DEMANDA ESTIMADA no SISTEMA RODOVIÁRIO.
- 1.2. A aplicação do mecanismo de mitigação previsto neste ANEXO independe do fato gerador da variação na demanda da CONCESSÃO, salvo para os casos de atuação flagrantemente dolosa da CONCESSIONÁRIA com vistas a assegurar patamar de aplicação do mecanismo ora referido.
- 1.3. O mecanismo de mitigação previsto neste ANEXO se sobrepõe a quaisquer pleitos adicionais ou complementares de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrentes do impacto, direto ou indireto, de qualquer EVENTO DE DESEQUILÍBRIO na demanda da CONCESSÃO, tais como:
 - (i) criação, aprimoramento, ou ainda a extinção de rotas concorrentes;
 - (ii) alteração das condições socioeconômicas;
 - (iii) surgimento de outros modais de transporte concorrentes;
 - (iv) eventos caracterizáveis como caso fortuito ou força maior;
 - (v) alterações nas condições de circulação de veículos no viário contíguo ou na área de influência do SISTEMA RODOVIÁRIO;
 - (vi) atos de vandalismo que destruam, alterem ou de qualquer forma impeçam o pleno funcionamento dos PÓRTICOS, inviabilizando a identificação de USUÁRIOS e a arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO;
 - (vii) em caso de EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO; e
 - (viii) outros EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO que possam impactar, direta ou indiretamente, a demanda da CONCESSÃO, ressalvados os eventos que possuam tratamento distinto expressamente previsto no CONTRATO e ANEXOS.
- 1.4. O mecanismo de mitigação previsto neste ANEXO não altera a alocação dos demais riscos previstos no CONTRATO e, portanto, os demais impactos causados pelos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, que não sobre a demanda da CONCESSÃO, deverão ser avaliados nos termos do regramento aplicável à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, caso aplicável.
- 1.5. A DEMANDA ESTIMADA para o SISTEMA RODOVIÁRIO a ser considerada para fins do mecanismo disposto no presente ANEXO tem os seguintes valores, para cada ano de CONTRATO, considerando os prazos de operação comercial indicados no ANEXO 20.

Ano de CONTRATO	DEMANDA ESTIMADA ⁽¹⁾ (R\$)																
	TOTAL	Osasco	Barueri	Itapevi	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	P10	P11	P12	P13
1	626.057.633,05	181.423.496,35	222.907.611,61	221.726.525,09	5.083.830,64	34.574.067,86	43.904.995,43	62.662.091,71	55.420.570,70	67.017.384,61	114.641.156,03	97.796.043,68	79.835.574,53	223.078.963,27	18.652.584,92	8.460.654,30	6.714.910,33
2	627.210.856,99	176.930.392,45	222.200.782,98	228.079.681,56	20.410.998,21	35.163.171,08	44.560.316,31	63.710.950,39	56.384.623,11	64.171.654,57	114.277.634,79	100.303.509,18	82.500.391,62	229.470.871,32	18.085.175,72	8.203.219,90	6.688.072,04
3	633.006.708,99	180.319.664,70	229.230.502,62	233.652.371,70	20.772.091,33	35.840.493,82	45.357.775,30	64.885.257,08	57.169.644,20	65.141.389,06	117.893.012,39	103.491.112,88	84.666.987,57	235.077.552,51	18.372.406,51	8.364.248,08	6.683.049,48
4	640.392.089,04	183.297.601,48	232.912.455,25	235.427.082,28	21.267.401,90	36.625.245,84	46.384.114,30	66.509.505,06	58.714.533,16	66.073.288,09	119.786.636,85	104.852.050,06	85.648.414,40	236.863.088,08	18.676.267,96	8.492.343,60	6.945.696,86
5	674.577.265,37	186.023.939,44	236.346.166,73	236.933.476,18	21.674.801,18	40.992.394,49	47.228.132,16	67.782.754,98	59.972.574,72	66.949.985,21	121.552.591,14	106.046.000,26	86.408.289,53	266.035.277,67	18.951.087,70	8.634.033,85	7.161.043,91
6	684.998.425,23	190.510.139,00	239.624.429,18	240.280.206,69	21.951.006,14	41.533.353,66	55.026.913,51	68.960.525,78	61.015.617,45	68.754.763,19	123.238.598,16	107.180.368,92	87.521.088,88	269.793.076,67	19.387.508,50	9.123.020,92	9.401.168,73
7	808.445.209,68	197.204.526,46	240.249.656,96	241.086.350,92	21.989.381,29	41.678.853,86	55.321.114,75	79.569.460,40	61.839.623,37	71.777.063,08	123.560.152,17	106.260.433,58	87.160.898,79	270.698.237,09	19.735.996,73	10.263.078,34	15.949.047,45
8	837.656.184,42	199.513.544,84	240.498.542,15	241.659.658,24	22.301.502,16	42.252.493,89	56.459.190,21	76.427.497,69	61.201.711,60	72.487.643,44	123.688.153,56	105.457.912,97	86.729.973,35	271.341.961,96	19.542.795,37	14.560.063,97	22.834.493,54
9	988.290.020,95	202.509.755,49	243.237.074,60	243.517.550,02	22.660.407,65	43.032.319,08	57.774.418,24	77.008.315,94	65.937.111,61	73.434.792,57	125.096.577,99	106.571.752,79	87.590.554,34	273.428.052,81	19.710.557,85	14.642.688,65	21.402.471,43
10	1.005.479.672,74	205.469.133,70	247.497.807,80	248.549.349,07	23.041.679,98	43.651.617,45	58.742.709,72	78.306.174,91	65.664.057,76	74.377.824,70	127.287.868,71	108.600.254,98	89.562.700,16	279.077.892,08	20.231.389,20	15.018.520,35	21.916.982,75
11	1.021.012.770,17	208.512.655,38	251.315.279,32	252.281.283,57	23.399.669,89	44.264.980,46	59.600.027,68	79.519.319,82	66.743.253,35	75.458.238,78	129.251.190,39	110.299.150,38	90.954.764,22	283.268.208,48	20.605.966,05	15.289.273,24	22.358.727,44
12	1.035.914.371,95	211.510.257,04	254.961.973,59	256.038.559,89	23.728.504,22	44.886.553,78	60.436.436,18	80.644.371,75	67.696.034,07	76.551.742,91	131.126.681,52	111.949.089,59	92.323.961,37	287.486.979,36	20.902.794,97	15.505.509,81	22.675.712,43
13	1.050.529.796,86	214.441.053,63	258.533.734,08	259.736.581,73	24.048.842,65	45.491.969,46	61.251.316,48	81.742.194,23	68.627.081,15	77.622.493,55	132.963.634,27	113.574.318,23	93.674.189,77	291.639.217,71	21.193.115,59	15.716.423,23	22.985.000,51
14	1.064.841.182,14	217.301.126,12	262.026.010,05	263.371.274,83	24.360.218,32	46.080.341,46	62.043.487,35	82.811.257,37	69.535.140,74	78.669.116,30	134.759.708,22	115.173.092,01	95.004.054,47	295.720.348,85	21.476.543,48	15.921.715,52	23.286.158,04
15	1.078.801.648,68	220.080.473,40	265.427.156,25	266.929.168,08	24.661.595,11	46.649.693,91	62.810.871,23	83.848.902,34	70.417.633,38	79.688.335,99	136.508.914,23	116.740.413,62	96.309.265,30	299.715.247,06	21.751.943,34	16.120.759,82	23.578.073,34
16	1.092.333.416,81	222.762.638,90	268.717.984,83	270.386.778,60	24.951.333,19	47.196.895,87	63.550.438,93	84.851.268,72	71.270.565,79	80.674.855,19	138.201.383,99	118.267.812,83	97.582.436,59	303.597.545,11	22.017.382,61	16.312.579,00	23.858.918,98
17	1.105.506.421,91	225.362.178,41	271.915.459,27	273.768.219,69	25.230.713,95	47.724.408,39	64.263.816,44	85.820.357,03	72.096.765,51	81.633.078,41	139.845.841,81	119.763.315,48	98.830.851,21	307.394.318,09	22.274.747,22	16.497.888,79	24.130.319,58
18	1.118.304.240,22	227.875.530,43	275.015.416,67	277.069.697,55	25.499.317,77	48.231.435,70	64.949.939,06	86.754.781,02	72.895.093,33	82.561.747,86	141.440.146,73	121.225.285,95	100.053.194,37	311.101.306,19	22.523.688,21	16.676.420,23	24.391.883,79
19	1.130.710.884,95	230.299.240,48	278.013.811,19	280.287.502,45	25.756.739,19	48.717.208,95	65.607.777,71	87.653.198,75	73.664.444,93	83.459.641,36	142.982.217,95	122.652.122,61	101.248.176,38	314.714.344,06	22.763.867,07	16.847.913,11	24.643.232,88
20	1.142.710.844,54	232.629.969,86	280.906.723,96	283.418.016,99	26.002.587,92	49.180.988,25	66.236.341,67	88.514.316,12	74.403.753,73	84.325.575,37	144.470.040,02	124.042.261,26	102.414.535,32	318.229.369,96	22.994.956,55	17.012.116,60	24.884.001,76

Observação: Em azul as seções de cobrança em operação de acordo com o Anexo 20.

Nota (1): Os valores consideram a Receita Total esperada sem a consideração do Desconto de Usuários Frequentes, conforme regrado no ANEXO 4.

- 1.5.1. Sempre que houver modificação do valor da TARIFA DE PEDÁGIO, quer em decorrência de reajustes efetuados na TARIFA QUILOMÉTRICA nos termos do ANEXO 4, quer em decorrência de modificações da TARIFA DE PEDÁGIO ocasionadas em razão de reequilíbrio econômico-financeiro ou medidas de política tarifária, ou das reclassificações decorrentes de obras de duplicação e faixas adicionais, os valores indicados na tabela disposta no item 1.5 deverão ser reajustados na mesma data e segundo os mesmos critérios.
- 1.5.2. A DEMANDA ESTIMADA corresponderá à somatória da projeção de arrecadação, indicada na tabela acima, para os PÓRTICOS e PRAÇAS DE PEDÁGIO que efetivamente estiverem em operação no ano respectivo, não se computando a estimativa daquele que não estiverem em operação, mesmo que superado o prazo indicado no item 1.5.3 para o início de operação.
 - 1.5.2.1. Nos anos em que houver CONVERSÃO, a DEMANDA ESTIMADA deverá considerar a ponderação indicada no item 1.14 para definição da DEMANDA ESTIMADA do PÓRTICO ou PRAÇA DE PEDÁGIO para o ano contratual próprio.
- 1.5.3. A data de referência para a operação comercial das PRAÇAS DE PEDÁGIO ou PÓRTICOS para aplicação do presente mecanismo será:
 - (i) A data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL para as PRAÇAS DE PEDÁGIO P07, P08 e P11;
 - (ii) 25º mês contando data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL para os PÓRTICOS P06, P07, P08, P09, P10, P11 e P12;
 - (iii) 73º mês contando data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL para os PÓRTICOS P01, P02, P03 e P13;
 - (iv) 97º mês contando data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL para o PÓRTICO P04 e P05;
- 1.6. A DEMANDA ESTIMADA foi estipulada com base na arrecadação projetada do SISTEMA RODOVIÁRIO, e deverá ser apurada, para efeitos da aplicação do presente mecanismo, com base no conjunto de todos os PÓRTICOS do SISTEMA RODOVIÁRIO, bem como das PRAÇAS DE PEDÁGIO em operação.
- 1.7. A aferição do eventual desequilíbrio contratual considerará, a cada medição, sempre a DEMANDA OBSERVADA no período da medição, com base na fórmula do item 1.7.1, em comparação com a DEMANDA ESTIMADA para o mesmo período.
 - 1.7.1. A DEMANDA OBSERVADA no período da medição será calculada de acordo com as seguintes fórmulas e definições:

$$DO_i = (RT_i + CA_i + 5\% \times TV_i + TI_i + DUF)$$

Onde,

DO_i É a DEMANDA OBSERVADA, com base na arrecadação de RECEITA TARIFÁRIA, na COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, em 5% das TRANSAÇÕES VÁLIDAS de

USUÁRIOS INADIMPLENTES, nas TRANSAÇÕES INVÁLIDAS e no DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE, para o ano contratual i , no conjunto de PÓRTICOS e PRAÇAS DE PEDÁGIO em operação.

RT_i É a arrecadação de RECEITA TARIFÁRIA da CONCESSIONÁRIA, para o ano contratual i , no conjunto de PÓRTICOS e PRAÇAS DE PEDÁGIO.

CA_i É a COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, para o ano contratual i , conforme disposto no ANEXO 20.

TV_i É o valor de arrecadação que a CONCESSIONÁRIA teria auferido em razão de USUÁRIOS INADIMPLENTES que trafegaram pelo SISTEMA RODOVIÁRIO e foram contabilizados como TRANSAÇÕES VÁLIDAS, para o ano contratual i , conforme previsto no ANEXO 20.

TI_i É o valor de arrecadação que a CONCESSIONÁRIA teria auferido em razão de USUÁRIOS que trafegaram pelo SISTEMA RODOVIÁRIO, mas foram contabilizados como TRANSAÇÕES INVÁLIDAS, excluídas as TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS, para o ano contratual i , conforme previsto no ANEXO 20.

DUF_i Valores acumulados, para o ano contratual i , do DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE, conforme regrado no ANEXO 4.

1.8. O AJUSTE DE DEMANDA será calculado de acordo com as seguintes fórmulas e definições:

Hipótese 1: Se, $DO_i \geq 108\% \times DE_i$: $AD_i = ([108\% \times DE_i] - DO_i) \times FC$

Hipótese 2: Se, $DO_i < 98\% \times DE_i$: $AD_i = (98\% \times DE_i - DO_i)$

Hipótese 3: Se, $98\% \times DE_i \leq DO_i < 108\% \times DE_i$: $AD_i = 0$

Onde,

DO_i É a DEMANDA OBSERVADA, para o ano contratual i , calculada na forma do item 1.7.1.

DE_i É a DEMANDA ESTIMADA, para o ano contratual i , conforme item 1.5.

AD_i É o AJUSTE DE DEMANDA, para o ano contratual i .

FC É o fator de compartilhamento com o PODER CONCEDENTE equivalente à 50% (cinquenta por cento).

1.8.1. Caso, após a aferição do valor de AJUSTE DE DEMANDA, nos termos do item 1.8 seja verificada a condição abaixo:

$$98\% \times DE_i > RT_i + CA_i + DUF_i + TI_i$$

O AJUSTE DE DEMANDA deverá ser recalculado da seguinte forma:

$$AD_i = (98\% \times DE_i - RT_i - CA_i - DUF_i - TI_i)$$

Onde,

DE_i	Possui o significado atribuído no item 1.7.1.
CA_i	Possui o significado atribuído no item 1.7.1.
RT_i	Possui o significado atribuído no item 1.7.1.
AUI_i	Possui o significado atribuído no item 1.7.1.
TI_i	Possui o significado atribuído no item 1.7.1.
DUF	Possui o significado atribuído no item 1.7.1.

- 1.8.2. Caso (a) se materialize a hipótese “1” prevista no item 1.8 acima, e (b) haja recomposições decorrentes do DESCONTO DE USUÁRIOS FREQUENTES e/ou da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, referidas recomposições limitar-se-ão, em conjunto, ao montante necessário para, no respectivo período de referência, que a CONCESSIONÁRIA tenha remuneração equivalente a 108% (cento e oito por cento) da DEMANDA ESTIMADA.

1.8.2.1. Exemplos são apresentados no final do ANEXO:

- 1.9. Caso o AJUSTE DE DEMANDA seja negativo, será constituído um crédito em favor do PODER CONCEDENTE, a ser automaticamente utilizado para o pagamento do montante dos anos subsequentes.

1.9.1. Caso não se faça necessária a utilização do crédito nos anos subsequentes, o crédito em favor do PODER CONCEDENTE deverá ser considerado na REVISÃO ORDINÁRIA subsequente, conforme regramento do CONTRATO.

1.9.2. Sem prejuízo do disposto no item 1.9.1, o crédito em favor do PODER CONCEDENTE poderá, mediante concordância da CONCESSIONÁRIA, ser vertido pela CONCESSIONÁRIA para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, em periodicidade a ser definida pelas PARTES.

- 1.10. A cada REVISÃO ORDINÁRIA, será avaliada a ocorrência de eventual EVENTO DE DESEQUILÍBRIO favorável ao PODER CONCEDENTE, nas seguintes condições:

- 1.11. Caso:

$$DOAA_i \geq 108\% \times DEAA_i$$

E

$$ADA_i \geq ([108\% \times DEAA_i] - DOAA_i) \times FC$$

Onde,

$DOAA_i$	É a DEMANDA OBSERVADA, conforme definição do item 1.7.1, no conjunto de PÓRTICOS e PRAÇAS DE PEDÁGIO em operação, acumulada até o ano contratual i .
----------	--

$DEAA_i$	É a DEMANDA ESTIMADA, no conjunto de PÓRTICOS e PRAÇAS DE PEDÁGIO em operação, acumulada até o ano contratual i .
ADA_i	É o AJUSTE DE DEMANDA, conforme item 1.8, acumulado até o ano contratual i .
FC	É o fator de compartilhamento com o PODER CONCEDENTE, conforme item 1.8.

Será reconhecido EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, a ser reequilibrar em prol do PODER CONCEDENTE, equivalente a:

$$DPC_i = -\{([108\% \times DEAA_i] - DOAA_i) \times FC - ADA_i\} - DPCA$$

Onde,

DPC_i	Desequilíbrio decorrente do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda, no ano contratual i .
$DPCA$	Valor referente a eventuais desequilíbrios favoráveis ao PODER CONCEDENTE, decorrentes do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda, efetivados em REVISÕES ORDINÁRIAS anteriores.
$DOAA_i$	Possui o significado atribuído acima.
$DEAA_i$	Possui o significado atribuído acima
ADA_i	Possui o significado atribuído acima
FC	É o fator de compartilhamento com o PODER CONCEDENTE, conforme item 1.8.

1.12. Caso:

$$DOAA_i < 98\% \times DEAA_i$$

E

$$ADA_i \geq ([98\% \times DEAA_i] - DOAA_i)$$

Onde,

$DOAA_i$	Possui o significado atribuído no item 1.11.
$DEAA_i$	Possui o significado atribuído no item 1.11.
ADA_i	Possui o significado atribuído no item 1.11.

Será reconhecido EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, a se reequilibrar em prol do PODER CONCEDENTE, equivalente a:

$$DPC_i = -\{([98\% \times DEAA_i] - DOAA_i) - ADA_i\} - DPCA$$

Onde,

DPC_i	Possui o significado atribuído no item 1.11.
$DPCA$	Possui o significado atribuído no item 1.11.
$DOAA_i$	Possui o significado atribuído no item 1.11.
$DEAA_i$	Possui o significado atribuído no item 1.11.
ADA_i	Possui o significado atribuído no item 1.11.

1.13. Todos os USUÁRIOS que transitarem pelo SISTEMA RODOVIÁRIO, incluindo os USUÁRIOS INADIMPLENTES e os USUÁRIOS que sejam identificados para fins de contabilização das TRANSAÇÕES INVÁLIDAS, deverão ter seus respectivos valores aplicáveis de TARIFA DE PEDÁGIO computados na DEMANDA OBSERVADA, na forma do item 1.7, com exceção dos beneficiários de isenções, nos termos do ANEXO 4.

1.13.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá receber, por meio do mecanismo de mitigação do risco de demanda, valores de TARIFA DE PEDÁGIO por ela já percebidos, inclusive por meio da COMPENSAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA.

1.13.2. O mecanismo de mitigação do risco de demanda também não se prestará à recomposição de perdas de receita decorrentes de regimes de tarifação diferenciada, descontos tarifários ou isenções propostas pela CONCESSIONÁRIA, devendo o valor total da renúncia tarifária decorrente destes regimes, descontos ou isenções, ser incorporado ao cálculo da DEMANDA OBSERVADA da CONCESSIONÁRIA.

1.14. Para o cálculo de DE_m , a seguinte fórmula deverá ser considerada:

$$DE_m = \frac{DEA_i \times DD_m}{365}$$

Onde,

DE_m	É a DEMANDA ESTIMADA para os 12 (doze) meses anteriores até o mês contratual m .
DEA_i	é a DEMANDA ESTIMADA do ano contratual i , conforme item 1.5.
DD_m	é o número de dias do ano contratual referente ao período de aferição.

1.14.1. A DEMANDA ESTIMADA do ano contratual i deverá ser ajustada de modo a contemplar os ajustes aplicados à TARIFA DE PEDÁGIO segundo os mesmos critérios e quando da sua efetiva implementação, conforme disposto no item 1.5.1.

1.15. Caso a operação comercial das PRAÇAS DE PEDÁGIO ou dos PÓRTICOS seja iniciada após o prazo previsto no item 1.5.3, eventual desequilíbrio econômico-financeiro referente à diferença de receita decorrente da operação da PRAÇA DE PEDÁGIO e/ou da CONVERSÃO, bem como outros impactos, deverá ser apurado em processo próprio, não sendo considerado no mecanismo de que trata este ANEXO.

1.16. Os demais impactos decorrentes do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO serão tratados na REVISÃO ORDINÁRIA subsequente e deverão observar o regramento geral do CONTRATO.

- 1.17. Deverão ser considerados, conforme o caso, os tributos aplicáveis, bem como descontos relativos ao IQD, ao ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO e OUTORGA VARIÁVEL, e demais impactos incidentes no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA, observada a modalidade de recomposição escolhida nos termos da Cláusula Vigésima Terceira do CONTRATO, de modo a garantir que os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes e demais impactos no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA sejam contemplados no cálculo, conforme disposto na Cláusula 22.4.6 do CONTRATO.
- 1.17.1. A apuração do AJUSTE DE DEMANDA previsto neste ANEXO ocorrerá anualmente.
- 1.17.2. A recomposição dos valores ocorrerá trimestralmente em parcelas iguais, tomando como base o AJUSTE DE DEMANDA do ano contratual anterior, observando o regramento de atualização monetária que consta do ANEXO 4.
- 1.17.3. O AJUSTE DE DEMANDA referente ao último ano de CONTRATO deverá ser integralmente recomposto em até 3 (três) meses do encerramento do CONTRATO.
- 1.17.4. A recomposição será realizada nos termos do APÊNDICE D, em conjunto com a recomposição pelo DUF, originando a COMPOSIÇÃO DUF E AJUSTE DE DEMANDA.
- 1.17.5. Na hipótese de não haver crédito favorável ao PODER CONCEDENTE nos termos do item 1.9, a COMPOSIÇÃO DUF E AJUSTE DE DEMANDA deverá ser realizada preferencialmente de acordo com as seguintes modalidades em ordem de prioridade:
- i) CONTA DUF E DEMANDA
 - ii) CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO
 - iii) Redução da OUTORGA VARIÁVEL
 - iv) Redução do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO
 - v) Outras modalidades, preferencialmente na modalidade prevista na Cláusula 23.1 (ii) do CONTRATO.
- 1.18. Para apuração do AJUSTE DE DEMANDA do respectivo ano contratual de apuração, a CONCESSIONÁRIA deverá, até 5 (cinco) dias do ano subsequente, enviar para a ARTESP: (i) documento anual indicando o número do CONTRATO e o período de apuração; (ii) memória de cálculo que indique o valor de cada componente do AJUSTE DE DEMANDA, nos termos deste ANEXO; (iii) relatório indicando o número de passagens por cada PÓRTICO, bem como o número de USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do ANEXO 20, destacando o número de e o valor monetário correspondente de TRANSAÇÕES VÁLIDAS, TRANSAÇÕES INVÁLIDAS e TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS, bem como tarifas eventualmente processadas após o período de 15 (quinze) dias da passagem pelo respectivo PÓRTICO, ou outro previsto na regulação, ou ainda após realizadas medidas coercitivas.
- 1.19. Em até 30 (trinta) dias do recebimento do material indicado no item 1.18 acima, a ARTESP deverá: avaliar a documentação recebida e calcular os valores indicados para cada componente do AJUSTE DE DEMANDA; encaminhando ao BANCO DEPOSITÁRIO a NOTIFICAÇÃO DUF E AJUSTE DE DEMANDA, nos termos do APÊNDICE D, com cópia à CONCESSIONÁRIA, informando o valor apresentado pela CONCESSIONÁRIA ou indicando a parcela incontroversa a título de AJUSTE DE DEMANDA.

- 1.20. Em até 4 (quatro) meses do final do 20º ano, ou quando da extinção antecipada do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à ARTESP relatório contendo as informações indicadas no item 1.18 contemplando as memórias relativas ao cálculo das variáveis do AJUSTE DE DEMANDA ainda não cobertas na documentação dos anos anteriores, a fim de demonstrar saldos, em favor do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA, ainda não quitados.
- 1.21. A partir do recebimento do relatório de que trata o item 1.20 acima, aplicam-se os prazos disciplinados nos itens 1.18 e 1.19.
- 1.22. Na ocasião de haver saldo em favor do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA no âmbito da apuração dos saldos AJUSTE DE DEMANDA, este deverá ser quitado pelas PARTES como condição prévia à assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

EXEMPLOS DE APLICAÇÃO DO MECANISMO DE DEMANDA:

1. **Caso 1:** $DO_i \geq 108\% \times DE_i$: $AD_i = ([108\% \times DE_i] - DO_i) \times FC$

Ou seja: $(RT_i + CA_i + 5\% \times TV_i + TI_i + DUF_i) \geq 108\% \times DE_i$

- a. Caso $(RT_i + 5\% \times TV_i + TI_i) \geq 108\% \times DE_i$

Então: $CA_i + DUF_i = 0$

$$AD_i = ([108\% \times DE_i] - (RT_i + 5\% \times TV_i + TI_i)) \times FC$$

- b. Caso $(RT_i + 5\% \times TV_i + TI_i + CA_i + DUF_i) \geq 108\% \times DE_i$ e $(RT_i + 5\% \times TV_i + TI_i) \leq 108\% \times DE_i$

Então: $CA_i + DUF_i = [108\% \times DE_i] - (RT_i + 5\% \times TV_i + TI_i)$

$$AD_i = 0$$